



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARCIA TAIZE ABREU MORAIS

**UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA À LUZ DO
PÓS-COLONIALISMO**

**JOÃO PESSOA
2018**

MARCIA TAIZE ABREU MORAIS

**UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA À LUZ DO
PÓS-COLONIALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Maielo Silva.

**JOÃO PESSOA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M827a Morais, Marcia Taize Abreu.
Uma análise das intervenções humanitárias na Somália à luz do pós-colonialismo [manuscrito] : / Marcia Taize Abreu Morais. - 2018.
40 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Colonização da Somália. 2. Intervenção humanitária. 3. Pós-colonialismo.

21. ed. CDD 341.584

MARCIA TAIZE ABREU MORAIS

UMA ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Aprovado(a) em 14 / 06 / 2018.

Ana Paula Maielo Silva

Ana Paula Maielo Silva/UEPB
Orientador(a)

Jeane Silva de Freitas

Jeane Silva de Freitas/UFPE
Examinador(a)

Nayanna Sabiá de Moura

Nayanna Sabiá de Moura/UFPE
Examinador(a)

A minha família que jamais deixou de acreditar e incentivar, e que sempre souberam que a única forma de conhecer é descobrir, mostrando que o mundo é um palco de lições, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por ter me mantido firme e perseverante ao longo de todo o percurso, e que não me abandonou nunca. Aprendi que os seus propósitos são maiores do que qualquer dúvida que eu possa ter, e que é através da fé que nos conectamos.

Agradeço aos meus pais Maria Sebastiana e José Cossibel, que de forma fundamental me incentivaram e me apoiaram desde sempre em todas as minhas decisões, se esforçando desde o início para me darem o que de melhor podiam oferecer. Vocês são a minha base e me faltam palavras para expressar o quanto sou grata por tudo o que fizeram e fazem por mim, de forma conjunta e individualmente cada um do seu modo. Eu sei que houveram muitas renúncias de vocês para a realização desse sonho. Eu os amo incondicionalmente e me orgulho por ser filha de vocês. Espero um dia poder retribuir pelo menos um terço de tudo o que vocês já fizeram/fazem por mim. Eu amo vocês para todo o sempre!

Agradeço a minha família de modo geral e em especial aos meus irmãos Marcel Fernando e Paulo Ricardo, por me instigarem a tentar ser melhor e compreender que família vai além de dividir um mesmo espaço. Tenho orgulho dos homens maravilhosos e de bom caráter que vocês se tornaram. Assim agradeço a todos que mesmo de longe se fizeram presentes em minhas decisões e ao longo dessa caminhada. Vocês são essenciais para a minha vida!

A todos os meus amigos e amigas, que apesar de toda a distância, nunca me abandonaram e que me incentivaram de forma direta e indireta desde a minha mudança de cidade até os dias atuais. Em especial, agradeço a Ruth, Mirely, Ronaldo, Kaio, Kennedy, Mateus, Denise, Talita, Maria e Juliana, que em sua maioria estão comigo desde o ensino fundamental, vocês são os melhores do mundo, obrigada por todos os anos de amizade. Que nossa amizade dure para sempre!

À minha amiga Mairla, que me incentivou e me apoiou desde o início, além de uma superamiga, me serve de inspiração diária com todo o esforço e dedicação que sempre tem em tudo o que faz. Obrigada pela força nos meus dias de angústia, e por todas as dicas que me deu ao longo de toda a minha graduação. Tenho você como uma irmã. Muito obrigada por tudo, de coração.

Ao meu melhor amigo João Kaio, que acompanhou de perto e compartilhou desde o início comigo todas as dificuldades rumo à universidade, você é um amigo e nunca me abandonou em nada. O considero como um irmão, você sabe disso.

Ao meu namorado Victor, por toda a paciência em meus dias de estresse e desespero com a elaboração do meu TCC, você acompanhou de perto as minhas angústias e aflições nesse finalzinho da minha jornada na universidade. Sei que sou uma pessoa difícil de lidar, mas agradeço pelo amor, compreensão e companheirismo. Além de toda a ajuda de bom grado, se preocupando com o meu bem-estar. Você é incrível. Amo você!

Aos meus professores da UEPB com os quais tive a honra de aprender muitas coisas, dentre elas, a perseverar e nunca desistir. Cada um a sua maneira me ensinou uma lição, e de cada aula pude tirar coisas positivas. Então, fica aqui o meu muito obrigado a todos vocês. Em especial agradeço a minha orientadora professora Dr^a Ana Paula Maielo Silva, que é uma pessoa maravilhosa, atenciosa, paciente e extremamente competente, a senhora me inspira como professora, mãe e mulher. Grata pela sua atenção comigo desde sempre.

As pessoas que duvidaram de mim, ou até mesmo que me desejaram de forma direta ou indireta algo negativo. Tudo contribuiu de alguma forma para chegar aonde cheguei, e para me tornar quem eu sou hoje, me fortalecendo e me incentivando a tentar ser melhor a cada dia que passa, com mais vontade de vencer os obstáculos que surgirem.

Agradeço também a minha turma de Relações Internacionais de 2014.1 que foi a melhor de todas. Obrigado por toda a ajuda dentro e fora da universidade, desde as caronas de carro, até a ajuda aos lugares quando eu não sabia (como ainda não aprendi bem) me localizar e acabava me perdendo. Obrigada pela preocupação quando eu ficava doente, e sempre recebia mensagens e a disponibilidade de cada um para ajudar. Enfim, obrigada por me acolherem tão bem aqui em João Pessoa, enquanto eu me sentia perdida, sem família ou amigos próximos. Vocês se tornaram a minha segunda família, e cada um de vocês possuiu um lugarzinho especial no meu coração. Desejo muito sucesso na vida de vocês.

“[...] a violência que é comumente apresentada como tendo causas endógenas, não pode ser explicada adequadamente com referência às formações culturais locais, ou ao fenômeno dos Estados ‘falidos’” (DARBY, 2008 apud MORENO, 2014).

RESUMO

A Somália sofre com as consequências de sua colonização até hoje. Os conflitos no país se tornaram constantes após um golpe de Estado, que desencadeou uma série de conflitos, levando o país a uma guerra civil que desestabilizou toda a sua estrutura interna. Nesse mesmo período, a Organização das Nações Unidas (ONU) ficou incumbida de atuar no caso somali através de intervenções humanitárias, embora estas tenham se provado pouco eficiente. Com isso, o primeiro capítulo realiza uma breve análise histórica do processo de colonização e formação do Estado Somali, considerando a importância deste para o comportamento dos grupos internos no país e as posteriores ações da ONU através das intervenções. O segundo capítulo foca especificamente no desenvolvimento das três intervenções da ONU em território somali, e analisa os resultados e os erros de execução de cada uma, que acabaram levando-as ao fracasso. Por fim, o terceiro examina de forma crítica como ocorreram essas intervenções, especificamente à luz do pós-colonialismo. O objetivo geral desse estudo é analisar, como a narrativa dominante influenciou na inibição das minores locais e na ineficácia da ajuda humanitária. A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter qualitativo, se utilizando de material bibliográfico e documental. O método utilizado será o dedutivo, que analisa o processo das intervenções através de uma análise histórica, até chegar ao objeto central que são as específicas intervenções que ocorreram na Somália.

Palavras-Chave: Colonização da Somália; Intervenção humanitária; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

Somalia suffers from the consequences of its colonization to this day. The conflicts in the country became constant after a coup, which triggered a series of conflicts, leading the country to a civil war that destabilized its entire internal structure. During this same period, the United Nations was entrusted with acting in the Somali case through humanitarian interventions, although these proved ineffective. The first chapter will give a brief historical analysis of the process of colonization and formation of the Somali State, considering its importance for the behavior of the internal groups in the country and the subsequent actions of the UN through the interventions. The second chapter focuses specifically on the development of the three UN interventions in Somali territory, and analyzes the results and the implementation errors of each one, which led to their failure. Finally, the third critically examines how these interventions occurred, specifically in the light of postcolonialism. The overall objective of this study is to analyze how the dominant narrative influenced the inhibition of local minors and the ineffectiveness of humanitarian aid. The methodology used in this work is qualitative, using bibliographical and documentary material. The method used will be the deductive, which analyzes the process of the interventions through a historical analysis, until reaching the central object that are the specific interventions that have occurred in Somalia.

Key words: Colonization of Somalia; Humanitarian intervention; Post colonialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da Somália _____ 15

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CS	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITAF	Força Tarefa Unificada
ONUSOM	Operação das Nações Unidas na Somália
ONUSOM II	Operação das Nações Unidas na Somália II

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O CONFLITO SOMALI.....	15
3	INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA: ONUSOM I, UNITAF E ONUSOM II.....	24
4	UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS INTERVENÇÕES DA ONU NA SOMÁLIA À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO.....	30
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A Somália é um país que sofre com as mazelas da pobreza extrema desde a sua existência enquanto colônia, situação que junto às conseqüências do seu processo de colonização, foi agravada mesmo após a sua “independência”¹. Os conflitos no país se tornaram constantes após um golpe de Estado, que desencadeou uma série de conflitos, levando o país a uma guerra civil que desestabilizou sua estrutura interna. Assim, uma enorme gama de problemas internos resultou na iniciativa da Organização das Nações Unidas em intervir nesses conflitos internos, gerando um cenário de frustração e inferioriza do ambiente de atuação da ONU. As intervenções humanitárias trazem consigo uma carga de interesses políticos dos países detentores do discurso dominante, como Estados Unidos, Inglaterra e outros, onde os mesmos propõem “medidas paliativas”², para tentar resolver em curto prazo os problemas. Essas intervenções também levam consigo uma carga de pré-conceitos sobre o local de atuação e descarta fatores locais como a cultura, a política, as identidades, o processo de formação dos próprios países influenciado pelo modo de colonização sofrido por eles; e entre outros fatores, coloca sempre o “eu” como mais importante que “outro” (MORENO, 2014).

Apesar dos países serem soberanos e reconhecidos como tal perante o Sistema Internacional, a ONU pode atuar com o papel de “manter” a ordem, quando países tidos como “Estados-falidos”, fracassados ou sem um governo eficaz, não conseguem exercer a sua soberania e conseqüentemente exercer a sua função que seria o de garantir um Estado de paz e estabilidade local. Desse modo, o discurso reproduzido mais uma vez pela ONU enfatiza a necessidade de intervenções humanitárias e entra em consonância com o discurso dominante dos países desenvolvidos, que veem essas intervenções não só como soluções para os países em crise, mas também as enxergam como necessárias para a paz local. Ressalta-se, aqui o caso específico da Somália em que todas as três intervenções dirigidas ao país acabaram fracassando, o que agravou mais ainda os problemas internos no país. Vale nesse caso, uma

¹Apesar de ter conseguido a independência, a Somália ainda vive rodeada de interferências diretas e indiretas dentro do país. O que torna mais difícil a tomada de decisões para resolver os problemas internos, sendo que na maioria das vezes, não se considera fatores como: cultura; identidade; processo histórico, etc. Tudo isso acaba por vezes agravando os problemas ao invés de sancioná-los (MACQUEEN, 2004, p. 127).

²Resoluções em curto prazo, que tem como real objetivo amenizar os problemas em um primeiro plano para posteriormente atuarem com as reais intenções – nesse caso de viés político, e assim poderem exercer mais uma vez a sua influência sobre aqueles que não dispõem da atenção e de voz no cenário internacional, se não como exemplos subjugados de países necessitados e sem poder de decisão (CARNEIRO, 2012, p. 8).

análise mais profunda a respeito de como a ONU conduziu essas intervenções e em como a narrativa dominante corroborou para a ineficácia da atuação da ONU.

Deste modo, esse trabalho irá analisar as intervenções na Somália através da visão pós-colonial. Essa perspectiva ajudará a não só enxergar os conflitos internos do país por outra lente, mas também a dar voz à narrativa outrora silenciada das minorias abordando de forma crítica o discurso dominante. Utilizar-se-á de um recorte temporal entre 1905, período do início do processo de colonização do país onde será analisado o contexto histórico sobre o modo de colonização sofrida pela Somália, e os anos 90 chegando até as intervenções que, no século XX, foram desenvolvidas pela ONU de modo constante, no período da Guerra-Fria. Assim, o objetivo central do trabalho é analisar porquê de as intervenções na Somália não terem sido bem-sucedidas. Para responder a esta problemática, o artigo foi dividido em três seções, para uma análise mais detalhada do caso. Assim, o primeiro capítulo trata de fazer uma breve análise histórica do processo de colonização e da formação do Estado Somali, considerando a importância deste para o comportamento dos grupos internos no país e as posteriores ações da ONU através das intervenções.

O segundo capítulo foca especificamente no desenvolvimento das três intervenções da ONU em território somali e analisa os resultados e os erros de execução de cada uma, além do que culminou em seus fracassos. Já o terceiro e último capítulo, tem o objetivo de analisar de forma crítica como ocorreram essas intervenções. Examina a luz do pós-colonialismo como a narrativa do discurso dominante, inibiu a voz das minorias locais e de que forma isso influenciou em todo o processo da ineficácia da intervenção humanitária na Somália. Vale ressaltar que a visão pós-colonialista fornece um novo modo para enxergar esse conflito, tentando assim, responder o porquê de as intervenções terem falhado em seus objetivos, sendo necessárias novas intervenções.

A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter qualitativo, utilizando-se de material bibliográfico e documental. Fez-se uso do método dedutivo que analisa o processo das intervenções, através de uma análise histórica, até chegar ao objeto central que são as específicas intervenções que ocorreram na Somália. Logo, a estrutura principal deste trabalho se resume à análise histórica; às intervenções da ONU na Somália e à crítica a essas intervenções, utilizando o pós-colonialismo como referencial teórico para toda a análise, referindo-se respectivamente à ordem dos capítulos: um, dois e três.

2. O CONFLITO SOMALI

A Somália é um país com uma localização estratégica que possui saída para o Mar Vermelho. É também o ponto mais oriental do continente africano, conhecido como Chifre da África (SOUSA, 2008, p. 23). Essa é também uma rota de grande importância para o comércio do petróleo, “por onde transitam cerca de 15,5 milhões de barris de petróleo por dia, o que representa um terço de todo o petróleo que circula mundialmente por via marítima” (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2011 apud CARDOSO, 2012, p. 11). Como é possível ver no mapa, a Somália possui uma grande área com saída para o mar, o que facilita o seu comércio, possuindo vantagens sobre os países vizinhos, como a Etiópia e o Quênia.

Figura 1: Mapa da Somália



Fonte: Guia Geográfico África

O processo de colonização do país teve início em 1905 e afetou diretamente o desenvolvimento da Somália no período pós-Guerra Fria. “[...] no cenário pós-Guerra Fria,

observa-se a mobilização da comunidade internacional em defesa da população civil, inclusive porque o Estado passou a ser o potencial pensador de abusos aos civis” (RODRIGUES, 2002 apud, SOUSA, 2012, p. 20). Vale lembrar que foi nesse período que as duas principais potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, começaram uma disputa direta por poder, desenvolvimento e influência nos setores econômicos, político, militar, social e tecnológico, através também de uma corrida armamentista que visava um maior acúmulo de arsenal bélico de armas nucleares, adquirindo com isso mais poder e se distanciando dos países em desenvolvimento. Assim, a colonização foi marcada pela expansão do capitalismo industrial e pela Conferência de Berlim³ que ocorreu em 1884 e contou com a participação de 15 países, sendo 13 deles europeus, além da Turquia e dos Estados Unidos (SOUSA, 2012).

Essa Conferência repartiu o território da Somália entre o Reino Unido, a França e a Itália: Somalilândia Britânica, a Somalilândia Italiana e a Somalilândia Francesa, esta sendo hoje um país independente, o Djibuti. [...] A partilha foi feita de forma arbitrária, não respeitando as particularidades étnicas e culturais de cada povo, baseando a colonização nas rivalidades entre os grupos étnicos diferentes como forma de facilitar a dominação desses povos (PREISS, 2005 apud SOUSA, 2012, p. 25).

Assim, no início do século XX, Itália e Grã-Bretanha passaram a ocupar territórios da então Somalilândia com o discurso de proteção da região. Todavia, essa “proteção compartilhada” foi abalada quando a Itália resolveu invadir em 1940 o território da Somalilândia britânica, o que fez com que estes invadissem um ano depois a Somalilândia italiana de volta (VICENTE, 2009, p. 2). Passado todo esse conflito, a Somalilândia de domínio italiano, foi renomeada e passa a ser chamada de Somália, adquirindo direito à autonomia e, posteriormente, dando margem à independência, quando “em 1960, as zonas de influência Britânica e Italiana tornam-se independentes, fundem-se e formam a República Unida da Somáli” (VICENTE, 2009, p. 2). Esse acontecimento marcou a história do país, pois representou a união de clãs com objetivo único de buscar a independência nacional (SOUSA, 2012, p. 27). Desse modo, após anos de conflitos entre seus colonizadores, a independência se apresentou como forma de libertação colonial, entretanto, deixando como herança marcas pelo seu modo de colonização. Assim:

Como resultado do fim da Segunda Guerra foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) pela carta de São Francisco que influenciou, de certa forma, alguns movimentos anticolonialistas posteriores devido ao princípio que defendia da autodeterminação dos povos. [...] em 1949, a ONU decide conceder o território da

³ A Conferência de Berlim foi composta por diversos países, com o objetivo de fazer a partilha da África, entre os próprios países que participavam da conferência; o objetivo era além de tomar posse das terras ricas em matéria-prima, conseguir também controlar essas terras para evitar conflitos futuros (SILVA, 2004).

Somalilândia Italiana aos italianos se tornando um protetorado sobre sua tutela o qual a administração foi entregue a Itália. Essa situação perdurou até 1960 quando as duas colônias se unificaram e tornaram independentes, formando em 1 de julho a república Somali (SOUSA, 2012, p. 27).

Seguindo o desenvolvimento pós-independência que ocorreu de forma pacífica, a Somália, após esse processo de independência que não ocorreu de forma rápida, ficou marcada por uma tragédia nacional, caracterizada por duas guerras, em 1964 e em 1977, sobre a região de Ogaden⁴, onde, em sua maioria, viviam cidadãos somalis. (VICENTE, 2009, p. 2). No ano de 1969, a Somália passa por um período de eleições para presidente, a qual foi marcada por fraudes e uma série de promessas feitas após a independência do país e “reforçadas pelo nascimento do nacionalismo pan-somali”⁵, onde se buscava a unificação da nação (ZABLONSKY, 2018, p. 394). É importante destacar que essas eleições ainda possuíam influência dos seus colonizadores, que conseguiram de forma indireta, “manter seus interesses pessoais e sua permanência no poder” (ZABLONSKY, 2018, p. 394).

Durante quase uma década o país teve eleições presidências e foi comandado por dois partidos políticos: *Somali Youth League* e *Somali National League*, os quais estiveram diretamente envolvidos nas negociações de independências de ambas as colônias somalis. Desta forma, a elite política que passa a governar o país é composta por alguns poucos intelectuais que haviam estudado na Europa. Mas, sobretudo, por homens que tiveram estreitas ligações com o colonialismo e ocuparam posições de poder neste período (chefes das polícias coloniais, integrantes dentro da sociedade somali, seja por status familiar ou por poder aquisitivo) (ZABLONSKY, 2018, p. 394).

No mesmo ano, o presidente eleito, Abdirashid Ali Shermarke, foi assassinado por um de seus guarda costas e, sem tempo para reação política, os militares tomaram o poder, liderados pelo general Muhammad Siad Barre⁶ (ZABLONSKY, 2018, p. 394). De acordo com Cardoso (2012, p. 33), aparentemente o assassinato do então presidente Shermarke não teve ligação com o posterior golpe político, mas com alguma revanche ligada a disputa de clãs⁷.

Os eventos que desencadearam o golpe militar de 1969, iniciaram-se com a insatisfação dos militares com o péssimo desempenho do governo em resolver os

⁴ Foi um conflito que ocorreu entre a Etiópia e a Somália no início de 1977, tendo a Somália como reclamante sobre o direito da região do Ogaden, predominantemente habitada por somalis. Nesse conflito, Estados Unidos e União Soviética atuavam indiretamente, financiando os países envolvidos. Esse mesmo conflito encerrou a relação entre URSS e Somália; e o país africano com o apoio dos Estados Unidos perde a guerra no mesmo ano, fato que acarreta em conseqüências para o regime de Siad Barre (ZABLONSKY, 2018, p. 395).

⁵ Pan Somália faz referência a um movimento de unificação dos territórios sob uma mesma bandeira, representando a nação somali. O prosseguimento desse objetivo reverberou no conflito armado em 1977 na região de Ogaden (ZABLONSKY, 2018, p. 394).

⁶ Muhammad Siad Barre, foi um ditador militar que governou a República Democrática da Somália entre 1969 e 1991; ficou no poder por aproximadamente 22 anos (MORENO, 2014, p. 45).

⁷ Os clãs são característicos da divisão somali, onde é constituído pela união dos indivíduos e seus antepassados, unidos por laços familiares (MORENO, 2014).

problemas internos, particularmente a melhoria das condições de vida da população [...]. (CARDOSO, 2012, p. 29).

Com o golpe, se inicia um longo período de instabilidade e de conflitos internos, que fazem o país chegar a um grande descontrole nas estruturas sociais e políticas, levando o mesmo a atingir o nível da miséria no decorrer dos anos. O quadro político, social e econômico do país torna-se um caos, justificado pela visão colonialista da falta de um Estado, o que acaba aumentando a situação de insegurança, gerando, posteriormente, a guerra civil interna do país. Os conflitos passaram a ser produzidos através da formação de grupos clânicos, que reivindicavam o poder para si, e se opunham contra o governo, eles tinham como objetivo a queda do general Barre, além de alguns grupos tentarem a iniciativa de reformas políticas em prol de um regime liberal (FILHO, 2011, p. 46).

Todo esse enfrentamento político com a formação dos clãs tornou-se uma ameaça a Barre, que para tentar combater esse inimigo interno, propagava a ideia de degradação à cultura clânica, ou seja, criou-se uma campanha nacional contra o tribalismo, associando-a a corrupção e até mesmo a uma visão colonial de raça inferior: “bandidos sem cultura” (MORENO, 2014). A influência desse nacionalismo aguçado, em conjunto com o contexto de Guerra Fria frente à desarmonia entre tradição e modernidade, teve como resultado a criação de um estado/governo que deturpou as tradições do próprio país para controlar seus cidadãos, justificados pela modernidade (ZABLONSKY, 2018).

Barre não só tratou de silenciar brutalmente seus oponentes como também passou a confiar crescentemente no apoio das suas próprias redes familiares [...]. Tal apoio, foi garantido por meio da distribuição de recursos, capital e oportunidades controlados pelo Estado e disponíveis em função da aliança com os Estados Unidos. [...] Barre passou a receber quantidades massivas de ajuda sob a forma de programas de desenvolvimento (BESTEMAN, 1996, apud MORENO, 2014, p. 47).

Nos anos 80, as disputas clânicas⁸ por domínio e controle se acirraram. Os clãs, desde o início de suas formações, disputavam entre si, travando intensas disputas em busca de poder e, com o golpe, buscavam tomar o controle do país. Todavia, depois de perceberem que possuíam um inimigo em comum, esses mesmos clãs a se unirem em prol de um objetivo maior, a retirada de Barre do poder, dada a insatisfação que todos os clãs sentiam pela política ditatorial empregada pelo então presidente do país (MORENO, 2014). Assim, a mobilização por parte do então presidente Barre se tornou específica, passando a generalizar a proibição de menção aos clãs durante o seu governo, principalmente nas escolas – o que surtiu efeito direto

⁸ “Essa situação de conflito entre os diferentes clãs é uma característica bem delimitada da história da Somália, onde o povo não desenvolveu uma identidade nacional comum. Conseqüência da colonização europeia com o contexto realista em que estava inserido o país, onde havia privilégio de determinados clãs em detrimento dos demais” (SOUSA, 2012, p. 28).

na formação das identidades Somalis, diferentemente do utilizado no discurso dominante. “[...] A identidade que emerge como proeminente num dado momento é contextualmente específica e historicamente condicionada e, não, como nos sugere o discurso dominante, inalterável” (MORENO, 2014, p. 53).

Vale enfatizar com isso que nem todos na sociedade pertenciam e/ou se identificavam com o sistema, conseguindo se opor ao governo ditatorial de Barre, sem necessariamente se afiliar aos clãs, que passaram a ter o objetivo de deposição deste governo (MORENO, 2014). Ou seja, nem todos pertenciam a clãs, assim como existiam grupos fora desse sistema. Desse modo, destaca-se que as causas principais dos conflitos e problemas entre Barre e os grupos formados em oposição ao seu governo, foram além dos difundidos por ele e anos mais tarde pela mídia. Ressalta que todos os conflitos internos e problemas existentes no país foram associados aos clãs que, segundo Barre e de acordo com o discurso dominante, apresentavam os clãs como os verdadeiros responsáveis por incitar de forma agressiva a violência no país.

[...] as causas dos conflitos não foram, tais como os meios de comunicação expuseram exaustivamente, as rivalidades clânicas ancestrais, mas sim: (i) os crescentes investimentos nas identidades clânicas por parte do governo Barre na década de 80, (ii) a emergência de uma virulenta competição de classe num ambiente de influxos massivos de ajuda externa, e (iii) a crescente militarização do Chifre da África, internacionalmente apoiada (MORENO, 2014, p. 54).

Logo, embora rivais, os clãs possuíam um mesmo objetivo, retirar do poder aquele que deu um golpe (Barre) e que utilizava de meios políticos para benefícios próprios. Devido às características, a partir da consolidação de um regime totalitário, centralista e contra o tribalismo, essas pessoas eram presas ou até mesmo sequestradas, para que assim pudessem prestar esclarecimentos a respeito de suspeitas de qualquer atividade ilegal - participação em algum clã ou grupo contra o governo (ZABLONSKY, 2018). Fato que é bem característico a partir de uma visão de violência sobre a descolonização - entre colonizados e colonizadores, que analisa a utilização do Estado como instrumento coercitivo contra a população, em direção a grupos opositores de um regime, nesse caso, exercido por Barre.

Um poder de inspiração colonial estava em muitos ambientes na África pós-colonial. [...] com o fim do colonialismo, os africanos assumiram o poder dos colonialistas como os donos do seu próprio destino. Entretanto, muitos destes líderes foram treinados pelo colonialismo, como é o caso de Siad Barre, e a expressão de seu governo se dá de forma que não há uma quebra com o colonialismo e a violência. Assim como no período colonial, é uma violência institucionalizada praticada pelo governo para defender o regime (ZABLONSKY, 2018, p. 400).

É nítido que todo esse cenário de instabilidade e guerra civil levou o país a um estado de calamidade, gerando cada vez mais conflito. Este contexto de conflitos foi relacionado a um estado de natureza Hobbesiana que “sugere a ideia de um ambiente natural, não

domesticado, violento e, ademais, temporalmente anterior ao estado moderno” (FERNANDEZ; MORENO, 2014, p. 61). Essa percepção, de cunho colonialista é apresentada como a justificativa para a presença de violência, instabilidade e conflitos nessas sociedades, nesse caso a Somália pós-independência.

Segundo a literatura dominante sobre o colapso dos Estados africanos no pós-Guerra Fria, a principal característica do colapso estatal, comum às diferentes experiências do fenômeno, refere-se à perda do monopólio dos meios legítimos de violência [...] (FERNANDEZ; MORENO, 2014, p. 61).

22 anos após a tomada do poder, em 1990, o país é assolado por uma grande seca que foi agravada com seu cenário político, social e econômico, e reverberou em caos e fome para toda a população. No ano seguinte, sem o menor controle do exército e com o país totalmente entregue a um quadro caótico, Barre insistia em permanecer no poder, mas acabou sendo deposto. Isto se deu graças à tensão e à forte contestação ao seu regime político por parte dos grupos clânicos e de grupos opositores ao governo – quem em sua maioria era de base clânica, que cresciam cada vez mais rápido e se espalhavam por todo o país. Além, também, da pressão política que dificultava todas e quaisquer ações do governo, sobretudo, após a união de dois clãs fortes contra o governo de Barre (FILHO, 2011, p. 47).

Iniciou-se naquele contexto uma das principais batalhas travadas pela Somália no final do século XX. Essa batalha se resumia a uma disputa interna por poder, tanto por parte dos grupos clânicos, quanto por parte dos militares que aplicaram o golpe. Tudo isso acabou desestabilizando ainda mais a estrutura interna do país, que já vinha fragilizada desde o seu processo de colonização (MORENO, 2014). Desse modo o “[...] conflito somali não teria derivado de hostilidades profundas e ancestrais, mas, sim, de padrões particulares de lutas pelo controle dos recursos do Estado estabelecidas nos anos 80, sendo, portanto, historicamente específicas” (MORENO, 2014, p. 50). A necessidade de intervenção internacional se tornou primordial e indispensável, apesar da fome não se restringir apenas ao continente africano. Assim, apesar de o conflito civil abrir margem para uma intervenção externa, o fator dos clãs continuou sendo o foco de críticas, agora por parte dos agentes internacionais que iriam posteriormente, atuar nesse país com ajuda humanitária. Assim, por ter se tornando um Estado falido, o mesmo se tornou uma ameaça internacional, pois poderia se tornar um território propício para o treinamento de terroristas, tráfico de pessoas (como crianças soldados, violação dos Direitos Humanos, etc.).

[...] a ideia que informou os agentes internacional, segundo a qual os somalis eram divididos exclusivamente em clãs, fez com que novos clãs fossem formados a partir de 1991 a fim de garantirem um lugar nas negociações políticas em curso. [...] muitos grupos não identificados com tais lealdades clânicas se viram estimulados a

entrar no “jogo clânico” a fim de terem suas vozes reconhecidas pelos agentes internacionais (MORENO, 2014, p. 56).

Em 1992, marines norte-americanas foram enviados para Mogadíscio, capital do país, antes mesmo da efetuação de uma força tarefa como missão oficial da ONU. Todavia, o objetivo dos norte-americanos foi de tentar restaurar a ordem e garantir um mínimo de segurança à distribuição de recursos emergenciais, como alimentos e água (VICENTE, 2009, p. 3). Segundo Filho (2011), apesar das tentativas de cooperação por parte das agências internacionais, a distribuição de alimentos, água e remédios se tornava falha devido aos conflitos com os clãs e a atuação de piratas somalis⁹ que, em alto mar, dificultavam qualquer ação humanitária internacional, além de que com sua atuação, o valor do transporte em alto mar para o país também era elevado, o que gerava insegurança e conseqüentemente fazia com que eles tivessem o monopólio sobre esse meio de ajuda.

Desse modo, todos se deparavam com um país vulnerável perante o sistema internacional e frente a eles próprios, onde grupos armados (os clãs) que cresciam cada vez mais rápidos e levavam ao colapso toda a autoridade central e política do Estado. De acordo com Fernandez e Moreno (2014), a falta de segurança acabou gerando a falta de comida o que, por sua vez, reverberou em um círculo vicioso e de fome generalizada, isso sem esquecer-se de mencionar os números absurdos de mortes que eram somados a cada dia no país.

[...] fome não é uma prerrogativa somali ou africana. Ela está infelizmente, presente em todos os continentes. [...] É óbvio que os mais pobres são sempre os mais afetados e eles estão justamente no continente africano. A fome, portanto, é uma das várias faces da pobreza (FILHO, 2011, p. 48).

Entre 1991 e 1992 a mídia foi um novo elemento nesse conflito, divulgando ao mundo imagens violentas da guerra e a situação de miséria vivida pelo país, seguidas pela grande seca da época, e ganhando repercussão entre as organizações internacionais. Essa atitude da mídia apenas aconteceu quando não havia mais como esconder todo o conflito que estava acontecendo na Somália, desse modo, “[...] pressionados pela comunidade internacional e

⁹Os piratas Somalis se formaram pouco antes da saída do ditador Muhammad Siad Barre em 1991, com o objetivo desesperado de conseguir recursos financeiros para a garantia de bens básicos que o país já não oferecia, como: saúde, educação e moradia satisfatória. “Como não havia um Estado que pudesse defender o interesse nacional e policiar de forma adequada a costa da Somália, os próprios pescadores – e também outros habitantes da região não vinculados à pesca – encarregaram-se de fazê-lo. [...]O objetivo era, por meio dos seqüestros, intimidar as grandes companhias pesqueiras e, dessa forma, afugentá-las, recuperando a rentabilidade da pesca tradicional somali. Foi, portanto, dessa forma que surgiram os primeiros piratas da Somália. [...]perceberam que, se explorado em maior escala, o ramo da pirataria poderia conferir vultosos dividendos. Assim, o número de seqüestros cresceu e eles deixaram de ser estritamente ligados aos pescadores” (ZAGO; MINILLO, 2008, p.12-13)

pelo efeito CNN¹⁰, os norte-americanos, em face às imagens propagadas em suas televisões e capas de jornais, de um povo famélico morrendo por inanição [...]” (BIZARRIA, 2012), se “comoveram” com o povo somali e passaram a pressionar o governo dos Estados Unidos a participar intervindo no conflito através de ajuda humanitária. Vale ressaltar que após a queda de Barre, a mídia estadunidense também passou a vincular nos meios de comunicação, que a causa da fome se agravou por esse acontecimento, reforçando mais uma vez o discurso dominante, de que a Somália era intrinsecamente violenta.

Para corroborar mais ainda com os dados fornecidos pela missão dos EUA (UNITAF – Unified Task Force, que veremos em detalhes no capítulo seguinte) e para justificar seus atos, perante o cenário internacional, a mídia passou a vincular novamente imagens de horror, genocídio, miséria e fez com que a opinião pública a respeito do conflito, mudasse mais uma vez. Vale destacar também o discurso utilizado pelo então presidente dos Estados Unidos George W. Bush, que afirmou em um de seus discursos que o problema na Somália se restringia exclusivamente a atuação dos grupos civis, pertencentes agora não apenas a clãs, mas também associações a grupos terroristas – que ficou mais difundido pós 11 de setembro.

O discurso de Bush, por sua vez, simplificava a complexidade da sociedade somali, ao dividi-la entre culpados e vítima. [...] existe um silêncio recorrente nos discursos de Bush acerca da necessidade, sistematicamente enfatizada de desarmar tais gangues. Sugere-se aqui que tal silêncio se deveu à idéia amplamente veiculada na mídia norte-americana, de que o problema da Somália não residiria nas armas per se, adquiridas, sobretudo, das superpotências durante a Guerra Fria, mas, sim, no encontro dessas armas modernas com ódios clânicos ancestrais. [...] caráter violento da cultura clânica somali inalterável desde os tempos pré-modernos. Logo, a ausência de governo seria o agravante e não a causa do conflito (FERNANDEZ; MORENO, 2014, p. 68).

Visto isto e a partir de novas alianças entre clãs, no contexto do cenário internacional, a segurança desde o 11 de setembro - no início do século XXI, foi colocada como fator decisivo na implementação das discussões a respeito da securitização. A Somália estava sendo retaliada agora pelo discurso adotado pelos EUA sobre associação terrorista no país, devido à proximidade dos clãs com grupos extremistas (BIZZARIA, 2012). Constitui-se aí mais um fator para agravar um novo problema do país, que já se encontra fragilizado por todos os anos de hostilidade, desde a sua “independência”. Por esse motivo, em janeiro de 2007, os Estados Unidos lançam uma série de ataques aéreos ao sul da Somália, justificando a necessidade de combate a pessoas importantes ligadas a Al Qaeda. Esse ataque deixou um número

¹⁰ “CNN effect: teoria que sugere que a televisão global se tornou um ator direto na formulação de políticas de defesa e de política externa” (SANTOS, 2010, p. 19).

indeterminado de mortos, o que conseqüentemente faz com que o governo somali decreta por três meses um estado de emergência (VICENTE, 2009, p. 4).

“[...] agora a culpa da fome Somali não mais reside nos grupos clânicos internos, mas jaz agora nos grupos terroristas globais dos âmbitos domésticos, Al Shabaab, e externos, Al Qaeda. [...] Nesse sentido, a fixação discursiva de uma Somália tomada por terroristas islâmicos extremistas perpetradores de atrocidades e agravamento da fome na Somália [...]” (BIZZARIA, 2012).

Visto toda a hostilidade com que o país sofre, em 2007 houve também uma iniciativa africana para tentar minimizar o problema interno e restabelecer uma política com poder central. Segundo Filho (2011, p. 46), essa iniciativa se deu, sobretudo, após se chegar à conclusão de que a as Nações Unidas não estava apta para conseguir uma solução e por fim a guerra civil principalmente.

Assim, a União Africana, sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA), criou, em 2007, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM). [...] A AMISOM tem o objetivo de conduzir operações militares com vistas a estabilizar o país, sobretudo para tentar promover um ambiente propício para ajuda humanitária [...] (FILHO, 2011, p. 46).

Nos anos que sucederam o início do século XXI, a Somália continuou enfrentando problemas em sua estrutura política interna. As guerras civis ainda são presentes no país e o estado de miséria, abaixo da linha da pobreza, ainda é um fator relevante na sociedade somali. Embora as missões tenham sido criadas com a intenção de cessar o confronto e salvaguardar o povo, a visão colonialista por vezes acaba não garantindo a eficácia das missões, sendo necessária uma análise bem mais profunda a respeito do conflito.

3. INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA: ONUSOM I, UNITAF E ONUSOM II

Como resultado da situação da guerra civil em 1969 na Somália, que dividia cada vez mais o país, não era possível identificar qualquer tipo de liderança que pudesse falar em nome do país e representar o povo somali. Visto que, todo e qualquer tipo de ajuda humanitária que chegava ao país, era rapidamente saqueada. Era necessário a atuação de algum agente que pudesse ajudar a acabar com os conflitos e restaurar a paz. Em meio a esse cenário que o país ganhou a atenção da ONU que, através da Resolução 733, determinou um cessar fogo no país, e, posteriormente, instituiu uma missão atuando diretamente no conflito. Desse modo, a organização estabeleceu, em abril de 1992, “através da Resolução 751¹¹ do conselho de Segurança (CS), uma pequena missão que objetivava monitorar o cessar fogo de Mogadishu, a ONUSOM I” (ESTRE, 2011, p. 10).

A ONUSOM I (Operação das Nações Unidas na Somália) tinha como meta central, monitorar o cessar fogo entre os clãs; proteger e facilitar o trabalho dos grupos responsáveis pela ajuda humanitária. Vale ressaltar que a ONUSOM I agia de acordo com os preceitos do capítulo VI da Carta das Nações Unidas:

[...] the challenge was not so much to prevent the outbreak of famine but to contain it as quickly as possible and save the millions of people at risk of death. The civil war had already ravaged the countryside for over a year, particularly in the agricultural south, and much of the population had been displaced (THE UNITED NATIONS, 1996, p. 20, apud, SOUSA, 2008, p. 38).

Apesar de todos os esforços da ONUSOM I, o cessar fogo não foi alcançado, assim como a segurança e a violência persistiam em fazer parte do dia-a-dia tanto dos cidadãos somalis, quanto daqueles que faziam parte da assistência humanitária. Além disso, a situação acabava sendo agravada ainda mais pelo baixo número de ajudantes alocados ao longo de todo o país que tinha uma extensão territorial considerável. Logo, como argumenta SOUSA (2008, p. 40), a operação sentiu necessidade de reforço e reestruturação das ações. Desse modo, em 27 de julho, foi estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) a Resolução 767, que tinha como objetivo a divisão do país em quatro zonas de operação: Mogadishu, Kismayo, Berbera e Bossasso, para uma melhor assistência, através de uma maior área de atuação.

¹¹ A resolução 751 tinha como objetivo proteger as missões humanitárias, destinadas a restauração do país (SOUSA, 2008, p. 38),

Todavia, mesmo com toda atuação da missão, a capital do país estava um caos. Eram os militares estadunidenses, que atuavam nas intervenções da ONU, juntamente com voluntários. Todavia, eles não tinham domínio sobre a missão, que, segundo eles, ocorria porque não era permitida reação a qualquer tipo de resistência. Ademais, eles só poderiam reagir com armas de fogo, em caso de ataques diretos, além de disporem de um poderio militar muito abaixo do utilizado pelas facções rivais (THE UNITED NATIONS, 1996). Apesar da ONUSOM I ter atuado a princípio com a “permissão” das principais facções vigentes no país, ainda no mesmo ano de seu início houve a recusa de colaboração por parte do General Aidid que foi o responsável pelo golpe no país e, conseqüentemente o pedido, de retirada das tropas de atuação no país, tropas, estas, que faziam justamente a segurança dos comboios de ajuda humanitária (NETO, 2011, p. 32).

Este cenário somado à veiculação por parte da mídia do sofrimento vivido pela população somali, fez com que a opinião pública internacional fosse mobilizada, pressionando a ONU a tomar uma atitude diante daquele conflito. Isso acirrou ainda mais a necessidade de ajuda externa, nesse caso, os Estados Unidos e quaisquer outros países que estivessem dispostos a atender ao chamado do CSNU (SOUSA, 2008, p. 44). De acordo com Estre (2011, p. 10), toda essa pressão surtiu efeito e, em dezembro de 1992, o Conselho de Segurança (CS) adotou a Resolução 794, que permitiu que os países membros criassem a *Unified Task Force* (UNITAF)¹², mais conhecida como “operação restaurar a esperança”, que tinha como objetivo, garantir a segurança da assistência humanitária em colaboração com a própria ONUSOM I (CEPIK; KUELE, 2015, p. 29).

A UNITAF foi estabelecida com base no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que permitia o uso da força para garantir um ambiente mais seguro para a continuidade da assistência humanitária, e o bem-estar da população, tudo isso em cooperação com outros países e liderado pelos Estados Unidos que possuíam autonomia para salvaguardar o povo somali. Vale ressaltar ainda que esta foi a primeira missão com essa característica “em se valer do capítulo VII da carta das Nações Unidas, que autoriza o uso legítimo da força, para fins humanitários e pelo fato de não ter se pedido autorização do Estado intervindo, uma vez que se considerava a Somália um Estado falido” (BIZZARIA, 2012).

A UNITAF ao longo do seu trabalho contou com a colaboração massiva de tropas estadunidenses, além de outros militares vindos de países como França, Alemanha, Índia,

¹² UNITAF tinha como objetivo restaurar a paz, a lei e a ordem, dando seguimento à missão ONUSOM I, ou seja, a UNITAF acabou se transformando em um complemento para a primeira missão oficial (BIZZARIA, 2012).

entre outros (SOUSA, 2008, p.44). A princípio todo esse apoio pareceu corroborar na atuação mais efetiva da missão, mas como citado anteriormente, essa militarização acabou inibindo o verdadeiro objetivo da missão que era a ajuda humanitária. Devido tudo isso, uma das intenções da UNITAF era programar e executar um plano de ação de 100 dias:

Isso levantou oito objetivos principais: (1) provisão maciça de ajuda alimentar; (2) expansão dinâmica de alimentos complementares; (3) prestação de serviços básicos de saúde e imunização em massa contra o sarampo; (4) provisão de emergência de água potável, saneamento e higiene; (5) fornecimento de materiais de abrigo, cobertores e roupas; (6) distribuição de sementes, ferramentas e vacinas para animais ao mesmo tempo que rações alimentares; (7) prevenção de novos fluxos de refugiados e promoção de programas de repatriação (8) estabelecimento de instituições e reabilitação da sociedade civil. Dos 82,7 milhões de dólares solicitados para sua aplicação, um total de 67,3 milhões de dólares foi recebido. (ONUSOM I).¹³

Com esse progresso inicial, houve uma assistência maior as vítimas. O número de ONGs que atuavam no país também aumentou e, conseqüentemente, o ambiente ficou mais propício às atuações da missão, devido à segurança que foi gerada pelas tropas de auxílio. Desse modo, a UNITAF conseguiu garantir um ambiente mais seguro, promovendo ordem país, além de ter um maior controle na segurança para a distribuição de alimentos que passou a fluir melhor em todo o território. Tudo isso atrelado a um esforço no ambiente político, para torná-lo mais estável, sendo considerada a saída para acabar com as facções rivais e estabelecer a paz, visando o término da guerra civil (SOUSA, 2008, p. 45).

Em meio a essa conquista e tentativas de conciliação entre os clãs, a UNITAF realizou encontros entre líderes que estavam à frente dos grupos opositores, reunindo-os com o então Secretário Geral da ONU, em prol de um consenso para conseguirem mutuamente melhorias tanto na cooperação quanto na recepção da assistência. Em uma dessas reuniões foram criados dois importantes acordos:

Acordo sobre o cumprimento do cessar fogo e sobre as modalidades de desarmamentos, que seria monitorado pelos militares da UNITAF e por tropas da ONU e o estabelecimento de uma comissão ad hoc¹⁴ para a conferência (ONUSOM I, apud SOUSA, 2008, p. 45).

Apesar das tentativas de conciliação, não houve garantia de que os acordos seriam cumpridos por partes dos líderes das facções. Desse modo, mesmo o resultado das reuniões tendo sido positivos e tendo ajudado a população com a distribuição de alimentos e proporcionando um ambiente mais estável, o desarmamento não ocorreu e os acordos de cessar fogo não surtiram tanto efeito na prática. Em outras palavras, ficou claro que, “embora

¹³ Tradução livre.

¹⁴ Expressão derivada do latim, que serve para falar sobre um determinado momento temporário. Comumente utilizado na área de Direito, e significa “para tal finalidade”.

os principais líderes das facções somalis tenham concordado com os acordos da reunião preparatória, não havia garantia de que eles seriam cumpridos, pois não havia nenhuma força capaz de obrigá-los a tal” (THE UNITED NATIONS, apud, SOUSA, 2008, p. 45). Assim, iniciou-se uma avaliação sobre a necessidade de substituição da missão, e a percepção de que a militarização da intervenção também contribuiu diretamente para o seu fracasso. Logo,

[...] a resolução 794 que, de forma inédita, autorizava ao Secretário Geral, ou qualquer país membro cooperante, a utilizar ‘todos os meios necessários para estabelecer um ambiente seguro para as operações de socorro humanitário’. Esta representou uma profunda militarização do socorro humanitário. Esse era o começo do grande fracasso da intervenção humanitária na Somália (CARNEIRO, 2012, p. 16).

Tudo isso atrelado à falta de coordenação dos EUA e ao efeito midiático sobre o conflito, impulsionou a opinião pública dos cidadãos estadunidenses. Logo, essa mudança da percepção pública, fez com que os somalis não fossem mais “tão vítimas e carentes de ajuda, mas eram agora milicianos faccionários violentos [...]” (BIZZARIA, 2012). Logo, como a UNITAF estava sob o comando dos Estados Unidos, essa percepção pública acabou justificando as ações tomadas pela retirada das tropas norte-americanas da missão.

Durante o desenrolar das operações de paz da ONUSOM I para a ONUSOM II, a opinião pública norte-americana foi novamente abalada pelas imagens transmitidas pelas TVs, revistas e jornais que mostravam agora corpos de soldados americanos sendo arrastados pelas ruas de Mogadíscio. A mudança da percepção pública era de que os somalis não eram tão vítimas e carentes de ajuda, mas eram agora milicianos faccionários violentos, o que contribui, em larga medida, pela retirada das tropas norte-americanas do solo [...] (BIZARRIA, 2012).

Desse modo, em março de 1993, o CS lançou a Resolução 814, que resultaria na substituição da UNITAF pela ONUSOM II. O objetivo dessa intervenção continuou o mesmo das missões anteriores, todavia, com uma maior atenção ao desarmamento e à conciliação entre os grupos opositores na tentativa de restabelecer o Estado (FILHO, 2011, p. 45). A ONUSOM II também contava com o pioneirismo, por tratar-se da primeira missão em que a ONU acompanhou de perto todos os passos das intervenções, liderando-a ativamente. A ONUSOM I e a UNITAF foram lideradas pelos Estados Unidos, com o apoio da ONU. Possuíam autonomia total para agir em prol das iniciativas das missões. Vale destacar ainda, de acordo com Moreno (2011, p. 76) que, os EUA e ONU possuíam visões diferentes sobre o modo de executar as intervenções. A primeira priorizava exclusivamente a ajuda humanitária emergencial, ou seja, alimentar os famintos e a última possuía uma visão a médio e longo prazo que era ajuda humanitária com a intenção de não apenas levar comida, mas de tentar restabelecer o Estado somali. Com isso,

Essa disputa de visões entre os Estados Unidos e a ONU foi o que permitiu que os primeiros tivessem considerado a operação um sucesso, já que, segundo o discurso

dominante sobre a UNITAF, ela conseguiu de fato, “vencer” a fome somali. [...] o desarmamento não foi perseguido pelos Estados Unidos justamente devido à crença discursivamente construída de que a militarização do país durante a Guerra Fria não era um problema em si, já que o que explicava o conflito somali era o fato das armas modernas terem caído nas mãos de somalis movidos por animosidades ancestrais. (MORENO, 2011, p. 76-77).

Logo, depois de toda essa divergência de visões e a necessidade de uma nova intervenção humanitária, a ONUSOM II foi aprovada pelo CS com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, em que determinava algumas obrigações que deveriam ser cumpridas em todo o território somali. Estas medidas incluíam:

supervisionar que todas as facções continuem respeitando as diretrizes de hostilidade e outros acordos que foram aceitos; Impedir a recuperação da violência e, se necessário, tomar as medidas adequadas; manter o controle sobre o armamento pesado das facções organizadas que teriam sido colocadas sob controle internacional; confiscar armas pequenas de todos os elementos armados não autorizados; assegurar todos os portos, aeroportos e linhas de comunicação necessários para a prestação de assistência humanitária; proteger o pessoal, instalações e equipamentos das Nações Unidas e suas agências, o CICV e as ONGs; continue com a remoção de minas e; repatriar refugiados e pessoas deslocadas na Somália (UNOSOM II).¹⁵

Todas essas incumbências acima deveriam ser coordenadas e executadas em conjunto com as lideranças locais, fator primordial para o sucesso da missão, uma vez que, alterando os hábitos sanitários; alimentares; e de convívio dos cidadãos, poderia ocorrer um impasse em suas práticas culturais, regionais e até mesmo de cunho religioso. Fator pouco considerado ao longo das missões anteriores que visavam exclusivamente o cessar fogo, sem levar em consideração o contexto cultural e social do povo naquele momento (NETO, 2011, p. 41).

Porém, o papel da intervenção não foi tão simples quanto se esperava. Vale ressaltar que, “foram disponibilizadas forças multilaterais da ONU e um efetivo americano dotado de meios aéreos de transporte para darem início as ações da ONUSOM II que ficaram sob o controle do Chefe das Forças, o turco general Cevic Bir” (SOUSA, 2008, p. 47). Mesmo após toda a articulação a respeito das medidas que deveriam ser seguidas, e com todo o poderio militar que possuíam. Estes estavam dispostos a utilizar de todos os meios necessários para garantir a eficácia da missão, houve resistência das facções somalis, que não se intimidaram e seguiram protagonizando “[...] ondas de violência, desestabilizando e dificultando as ações do pessoal de assistência humanitária quanto da própria ONU que não conseguia desarmar as facções” (SOUSA, 2008, p. 47). Tudo isso ainda fez com que a tensão interna aumentasse e a credibilidade da intervenção caísse.

¹⁵ Tradução livre.

Assim, em um ambiente cada vez mais hostil, foi se tornando ainda menos possível que a missão da ONU obtivesse sucesso em seus objetivos, que era de restabelecer o Estado somali, garantindo a segurança dos cidadãos do país e daqueles que estavam trabalhando em prol desse objetivo. Tornou-se ainda menos possível após as facções somalis iniciarem uma série de ataques as tropas militares dos EUA, que eram as responsáveis pela segurança daqueles que executavam a ajuda humanitária.

A partir daí, iniciou-se um processo de ataques e contra-ataques entre as tropas militares da intervenção da ONU e as facções somalis, desviando totalmente o foco inicial da missão, que era de prestar assistência as vítimas do conflito civil (SOUSA, 2008, p. 48). Tudo isso se encaminhava para o fim da ONUSOM II que apesar das várias tentativas de alcançar seus objetivos, não obteve tanto sucesso, pois desviou do foco que era a assistência humanitária.

[...] foi o início do fim das ações da ONU na Somália, pois representou o despreparo desta Organização para enfrentar uma situação de caos civil, onde as principais vítimas geralmente são os civis. Além do mais, mesmo dotados de aparelho de alta tecnologia e superioridade técnica, essas vantagens não representaram nenhum benefício de fato porque não resistiu as pressões do ambiente em que estavam atuando, deixando as tropas vulneráveis aos ataques dos somalis. (SOUSA, 2008, p. 48-49)

Ainda que a ONUSOM II tenha conseguido alguns êxitos através da intervenção, sua permanência no país não modificava a situação do conflito civil, e, por vezes o agrava-o, devido aos ataques entre as facções somalis e as tropas de intervenção da ONU. Diante deste contexto, o CS determinou, por meio da Resolução do Conselho de Segurança 897, a retirada da proteção militar e da própria assistência humanitária, o que refletiu oficialmente no fim à missão (CARNEIRO, 2012, p. 17). A partir de então as Organizações Não-Governamentais (ONGs)¹⁶ passaram a exercer funções em conjunto – entre as próprias ONGs, para minimizar os impactos da saída da intervenção humanitária, que acabou agravando ainda mais os problemas internos do país.

Depois da retirada da ONUSOM II, uma equipe de coordenação da ONU permaneceu na Somália, para organizar a coleta e troca de informações, bem como apoiar o processo de tomada de decisões da organização sobre o país. Também nessa fase “pós-intervenção”, desempenham importante papel as ONGs humanitárias, encontrando-se exemplos de acordos entre elas, na forma de programas desenvolvidos entre estas e a ONU. O ACNUR, a UNESCO e a UNICEF esforçam-se para manter esses acordos, revisá-los e promover consultas periódicas (NETO, 2011, p. 42).

¹⁶ As Organizações Não-Governamentais (ONGs) são de finalidade pública e atuam em diversas áreas como: meio ambiente, saúde, educação, etc., sem fins lucrativos. Geralmente, estas atuam em áreas de pouca ou nenhuma atuação do Estado. As ONGs se mantêm através de financiamentos de governos e de empresas privadas. Grande parte da mão-de-obra utilizada é sempre constituída por voluntário. (SOUSA, 2008).

4. INTERVENÇÕES DA ONU NA SOMÁLIA À LUZ DO PÓS-COLONIALISMO

Como foi visto ao longo do tempo, a história que se conhece, ou seja, a história que nos é passada através de livros, jornais, etc. é contada pelos “vencedores”. Os vencedores são aqueles que detêm o poder e o utilizam de forma a convencer o maior número de grupos de pessoas a respeito da sua verdade, a verdade que deve ser passada ao povo como verdade absoluta. Esse fator é importante para poder entender como o pós-colonialismo¹⁷, a visão eurocêntrica¹⁸ e dos Estados Unidos fizeram parte direta na eficácia ou não das intervenções da ONU na Somália. Portanto, optou-se, neste trabalho, utilizar esta abordagem crítica, a qual ressalta o silenciamento das vozes oprimidas e a ressalva pelos opressores, como forma de inibir e contar a sua versão dos fatos, colocando a frente desta, um Estado falido e inferiorizado diante do sistema internacional como será visto adiante (MCQUEEN, 2004).

Carneiro (2012, p. 8), destaca que as intervenções humanitárias desempenhavam suas funções não só com fim humanitário de ajudar, mas, sobretudo, com um fim político que através da utilização de um poderio militar e da cooperação entre as grandes potências, destacavam a importância de exercer influência sobre os países tidos como incapacitados de manter sua própria segurança. Assim, as grandes potências possuíam um claro interesse nas intervenções, que era “manter a abrangente estrutura de Estados territoriais estáveis [...]” (MCQUEEN, 2004, p. 135).

[...] a motivação para o envolvimento multilateral não cuidava tanto de evitar fricções neocoloniais quanto de preencher um vácuo de segurança num momento em que as superpotências já não estavam interessadas e/ou capazes de projectar a sua autoridade e proteger os regimes clientes. Esta é claramente uma das principais razões para o recrudescimento espetacular das missões de manutenção de paz da ONU após a Guerra Fria. Mas também é particularmente evidente naquelas partes de África onde os estados, subitamente sem suporte externo que lhes mantivesse a estabilidade, se viram confrontados com dificuldades inesperadas (MCQUEEN, 2004, p. 131).

Pode-se perceber no discurso adiante, difundido pelos Estados Unidos – um dos líderes de uma das missões da ONU em território somali, que passa a ser analisado através de uma divisão entre vítimas e opressores (estes ligados diretamente aos clãs que perpetuavam

¹⁷Pós-colonialismo é uma visão conceitual que tende a examinar a construção feita a respeito da relação de pessoas e lugares tidos como inferiores ou insuficientes em relação a outros tidos como melhores e mais desenvolvidos. Essa análise também ressalta que toda essa construção envolve o contexto histórico e relações de poder enfatizando a diferença entre os países chamados de “primeiro e terceiro mundo”. Inicialmente o pós-colonialismo se ateve a examinar apenas as conseqüências do colonialismo europeu (MATA, 2014).

¹⁸ Visão eurocêntrica faz parte do eurocentrismo, que tende a colocar a cultura Européia como superior a todas as outras, desse modo os interesses e tudo que se relacione a ele é melhor e mais importante do que todos os outros. (MATA, 2014, p. 32).

seu poder em um cenário de violência e pobreza extrema), tudo isso junto a uma gama de adjetivos pejorativos como será visto adiante, para corroborar também com a idéia sobre como se caracterizava a natureza dos somalis. Essa percepção dos EUA baseava-se principalmente na noção de que os somalis e os conflitos internos do país não passavam de disputas violentas e irracionais de um povo naturalmente agressivo (BIZZARRIA, 2012). Esse era o principal argumento utilizado para justificar a necessidade das intervenções humanitárias.

De acordo com Bizarria (2012), a própria construção do argumento utilizado pelos Estados Unidos sobre a Somália e seu povo, como “primitivos e agressivos” influenciou na forma como o conflito foi visto pelo público através da mídia, que incessantemente divulgava imagens impactantes de corpos jogados pelas ruas das cidades, e justificava aquelas imagens de sangria, com a selvageria interna de grupos historicamente violentos e atrasados em seu processo de desenvolvimento.

Assim, surge a necessidade de uma análise pós-colonialista, que, de acordo com Mata (2014, p.30), tende a examinar as relações hegemônicas e a própria “conformação” da tendência hierarquizante, ou seja, tende a desmistificar a qualidade pejorativa de inferioridade intrínseca e de pertencimento a um local/lugar naturalmente “subalterno”, além de dar voz às minorias que acabam sendo silenciadas pelo discurso dominante, e criticar o eurocentrismo que tende a centralizar o desenvolvimento ao ocidente. Desse modo o pós-colonialismo tenta não só “desconstruir”, mas como também criticar e dar voz a outras narrativas que não as utilizadas e propagadas por aqueles que, através da colonização de outros se apossaram “da verdade do que se tornou fato”. Logo, o pós-colonialismo também aborda:

[...] o quanto essas construções afetam a natureza dessa violência e excluem outras vozes possíveis no cenário internacional. [...] expor lógicas coloniais subjacentes às práticas discursivas mostrando com as construções de narrativas universais e abordagens equivocadas não somente afetam o problema, mas o produzem. (BIZARRIA, 2012).

Através do discurso é que se constitui e se reforça a narrativa sobre a condição de periferia (PUREZA, 2011, p.014). Essa apresentação de um ambiente caracteristicamente agressivo e indisciplinado leva consigo a necessidade de pacificação, que no caso da Somália e das demais sociedades africanas, são colocadas como intrinsecamente conflituosas pela presença de tribos clânicas – conhecido também como tribalismo, o que influencia na ineficácia das tentativas ocidentais para pacificação e garantia do Estado africano (MORENO, 2014, p. 44). Desse modo, “inconsciente é, na verdade, como se pode caracterizar o gesto de naturalização da subalternidade, da exclusão e do estatuto periférico” (MATA, 2014, p. 30).

Sendo necessário em tempos de guerra e conflito, a “interferência” de países Ocidentais que tenham e/ou possam utilizar de todos os meios necessários para garantia de restauração do Estado aflito, ou seja, países descritos pejorativamente de subdesenvolvidos se transformam em palco de “missões civilizatórias” pelos países ditos do centro do sistema (PUREZA, 2011, p. 014).

O que se percebe é que no pretense caráter inovador das ações de operações de paz para a problemática somali residem alguns padrões discursivos e estéticos que são utilizados com frequência e (re)produzem construções de estereótipos que são em si processos violentos marcados por racismos e preconceitos semelhantes às práticas coloniais e que silenciam outras narrativas que não a dominante. (BIZARRIA, 2012)

Como foi possível ver, é através desse discurso que “se torna evidente a dimensão eurocêntrica” (MATA, 2014, p. 29) das intervenções. Nesse mesmo ponto, deve-se ressaltar o suposto “altruísmo” dos países à frente das intervenções humanitárias que, por sua vez, acabam não tendo de fato soluções a longo prazo. Assim, estas intervenções acabam, sendo imediatistas, embora apresentando a comunidade internacional como protetoras do mundo, como a única forma possível de salvaguardar os direitos de todos.

De acordo com Moreno (2011, p. 85), os países interventores, junto à ONU, se utilizam de um discurso claramente pejorativo e argumentam que os principais problemas enfrentados para a eficácia dos “esforços da ONU de reconstrução e modernização dos seus Estados” (MORENO, 2011, p. 85) são decorrentes de uma violência supostamente intrínseca a estes países colonizados. Desta forma,

A denúncia pós-colonial do logocentrismo e da tendência à depreciação da diferença subjacente ao discurso dos atores ocidentais que hoje vem se colocando a frente das “novas” operações de paz contribui para desestabilizar a alegada natureza inédita, progressiva, humanitária e inclusiva das mesmas. Essas operações [...] continuam norteadas por uma velha lógica modernizadora que, tal como ocorria à época colonial, continua dividindo os seres humanos em estágios definidos pelo Ocidente e, a partir de tal classificação, criando as condições de possibilidade para intervenções cada vez mais intrusivas nas suas vidas (MORENO, 2011, p. 86).

É neste contexto, portanto, que se pode começar a compreender o fracasso das intervenções humanitárias da ONU na Somália, partindo do pressuposto de que a visão eurocêntrica na qual estavam pautadas as missões foram a base para a forma como ocorreu a implantação e a execução destas em território somali. Para Carneiro (2012, p. 12), as intervenções, com objetivo humanitário, começaram a fracassar desde a sua origem, impulsionadas pela falta de controle e de neutralidade¹⁹ sobre elas, tornando os ataques

¹⁹A neutralidade nesse caso está relacionada à falta de atenção ao objeto de estudo local, ou seja, neutro em relação a todo o contexto interno e histórico a respeito dos motivos centrais para os conflitos e em como levar

internos constantes. Tudo isso gera ainda “a imagem do ‘estado de natureza hobbesiano’ que sugere a idéia de um ambiente natural, não domesticado, violento e, ademais, temporalmente anterior ao Estado moderno” (MORENO; FERNANDEZ, 2014, p.61). Neste caso, os somalis são colocados de lado a respeito da sua própria história, devido às guerras civis que o tornam incapazes de exercer a vida política e social do país, se não, com amparo internacional pelos países detentores da narrativa dominante.

[...] somente o homem europeu é considerado capaz de produzir conhecimento universal, enquanto as sociedades não-européias foram negadas qualquer potencial para produzir conhecimento digno de ser considerado parte da história filosófica do mundo (FONSECA; JERREMS, 2012, p.106).²⁰

Desta forma, mais uma vez, “é preciso não esquecer que a construção da identidade, mesmo a literária, é o resultado da dialética da tensão entre o mesmo e o outro” (MATA, 2014, p.39). Tudo isso nos mostra a necessidade de “abertura” e “receptividade” para literatura local desses países em conflito, como no caso da Somália, que teve sua história contada de acordo com a visão colonialista e eurocêntrica, ignorando as “identidades”²¹ locais, colocando a visão do “eu” sobre o “outro” – nesse caso a história contada pelos detentores do discurso, como mais importante. Então, considerar nesse caso que: “temas como ‘cooperação’ e ‘desenvolvimento’ são ‘específicos’ da área de Estudos Africanos, é revelar uma ‘desorientação ideológica’ que a mentalidade imperial²² explicaria” (MATA, 2014, p. 34). Toda essa desvalorização do objeto de estudo local, – colocado aqui como literatura decorrente dos países sub-julgados como periféricos, é fruto do não reconhecimento e oposição eurocêntrica à abertura para outras literaturas que não a dos “países de centro” (MATA, 2014, p. 36).

Para Moreno (2014), o principal problema enfrentado pela Somália, estava atrelado à sobreposição de elementos ligados à Modernidade da sociedade somali, em que “a representação da Somália como uma sociedade baseada exclusivamente num sistema de clãs reforçou o entendimento antropológico tradicional de formação do Estado e claramente indicou a direção para a qual ela deve se mover” (BESTEMAN, 1996 apud MORENO, 2014,

em consideração a própria questão cultural e de identidade, poderia levar a outros resultados, que não, o fracasso da missão (CARNEIRO, 2012, p. 12).

²⁰ Tradução livre.

²¹ A identidade está ligada a construção e formação de tudo o que somos e nos tornamos, é ela que caracteriza os nossos hábitos, e que está ligada à nossa interação em sociedade. Ou seja, é ela quem define a nossa própria identidade cultural, social, de gostos, costumes, sobre como nos vemos e como enxergamos o outro (MATA, 2014).

²² Mentalidade imperial está diretamente relacionada ao imperialismo, que é uma forma de política expansionista que abrange diversos setores como o cultural, econômico e social, em que um Estado dominante se sobrepõe a outros. Um exemplo foi o Império Romano.

p. 52-53). A narrativa a respeito dos clãs é o foco principal para a justificativa o discurso dominante sobre a ineficácia das missões, sendo que, ocorre o negligenciamento da complexidade dessa sociedade somali, além, é claro, do entendimento dela própria. Em outras palavras,

O retrato alternativo da sociedade somali, [...] revela, por conseguinte, não só um grande fluxo e dinamismo na mesma, mas também a presença de uma variedade de identidades sociais que atravessam, minam, mudam e substituem as identidades clânicas. [...] a identidade que emerge como proeminente num dado momento é contextualmente específica e historicamente condicionada e, não, como nos sugere o discurso dominante, inalterável (MORENO, 2014, p. 53).

Segundo Estre (2011, p. 10), vale ressaltar que, nas intervenções humanitárias na Somália, a primeira atitude da ONU foi associar o caos interno do país à falta de uma estrutura estatal, ignorando as questões coloniais, assim como a influência das grandes potências no Pós-Guerra Fria, que teve com o objetivo central a obtenção de poder e difusão ideológica do mesmo, tornando o ocidente mais uma vez, legítimo ao posto de protetor dos direitos humanos. Logo, a postura da ONU, “acabou por discriminar ou marginalizar os grupos locais, o que levou a Organização das Nações Unidas a ser caracterizada como uma inimiga, intensificando a rejeição à organização” (ESTRE, 2011, p. 11). Tudo isso atrelado à disputa de poder entre a ONU e os EUA com as intervenções humanitárias – lembrando que a UNITAF foi liderada pelos EUA, e a ONUSOM I e II tiveram a própria ONU à frente gerou um grande desconforto, além de tirar o foco central que era a ajuda humanitária (MORENO, 2011). Essa disputa de poder se baseava na intenção de tomada de decisões a frente do outro, ou seja, tanto os EUA quanto a ONU queriam demonstrar quem tinham mais autonomia sobre as intervenções, apontando assim quem era mais “poderoso”.

Para reforçar o argumento central utilizado por MORENO (2014, p. 54) de que o fracasso das intervenções humanitárias não se justificava pela característica cultural do tribalismo – fato que a própria ONU enfatizava, mas sim, que o fracasso foi resultado exclusivamente dos próprios enganos cometidos pelos agentes das missões humanitárias na Somália. Vale destacar também a característica de simplificação que foi muito difundida pelo discurso dominante, em que inferiorizava a necessidade do país a problemas simples. Ou seja, simplificando os problemas internos, através da marginalização da narrativa dominante. Como já foi citado anteriormente, todos os problemas eram associados aos clãs. Logo, percebeu-se que:

Por meio do estudo de tais discursos alternativos, evidencia-se a cumplicidade de atores que embora entendidos como modernos e de suas instituições, a exemplo do Estado-nação, que embora entendidas como garantidoras da paz social, tiveram e

continuam tendo uma participação nas rivalidades que hoje assolam diversos Estados pós-coloniais (MORENO, 2014, p. 56).

Desse modo, dentre as principais críticas citadas sobre as intervenções da ONU, pode-se destacar também a própria falta de preparo da ONU em não só simplificar os problemas internos com uma simples distribuição de alimentos para tentar sanar o problema da fome, mas também, pela burocracia, como argumenta Sahnou (2014, p. 67 apud MORENO; FERNANDEZ 1992), a respeito dos esforços dos agentes envolvidos nas missões em tornar a distribuição de alimentos mais eficaz, além de tornar o ambiente mais propício ao diálogo com os civis, o que tornaria mais eficaz as ações adotadas. Assim, Estre (2011) também nos mostra que a postura da ONU em relação as primeiras atitudes tomadas a serem tomadas foi a de marginalização dos grupos locais, ao associar a fala de uma estrutura estatal a causa central dos problemas internos, sem considerar os impactos da colonização e da influência das grandes potências na Guerra Fria. Nitidamente, tudo isso contribuiu para que a ONU e seus agentes fossem rejeitados e hostilizados, o que posteriormente influenciou na ineficácia e no fracasso das intervenções. Logo,

[...] a solução encontrada pela ONU, o restabelecimento da Soberania, não levou em consideração os contextos locais, não deu atenção ao caráter histórico das relações sociais. Negligenciou-se a tensão inerente ao encontro entre o *eu* e o *outro*. [...] esqueceu-se de que países Europeus colonizaram, cometeram violências, e que grande parte da responsabilidade pela instabilidade pós-descolonização não é, como muitos parecem acreditar, resultado de alguma inaptidão, incapacidade, de uma condição historicamente anterior, inferior, dos povos não europeus (ESTRE, 2011, p. 12-13).

Como visto toda a construção de um discurso dominante a respeito da guerra civil em território somali, contribuiu para o agravamento do conflito interno, a partir do momento em que a ONU passou a intervir. Fernandez e Moreno (2014, p. 59), também destacam em sua análise crítica que os ativistas de direitos humanos, que trabalhavam nas intervenções da ONU na Somália, difundiam as idéias de que os somalis eram guerreiros naturais, o que, por sua vez, para eles, explicava a “natureza violenta” com a qual era intrínseca dos países periféricos. Desse modo, a perspectiva pós-colonial tenta desconstruir “o caráter da inevitabilidade, universalidade e neutralidade das normas contemporâneas internacionais quando aplicadas por meio da atuação das ‘novas operações de paz’ na Somália” (BIZARRIA, 2012). Com isto, buscam dar voz à narrativa local, que é sempre menosprezada.

CONCLUSÃO

Este trabalho não teve como objetivo desqualificar o trabalho feito pela Organização das Nações Unidas através das suas intervenções em território somali. Antes, este estudo se dedicou a analisar como foram direcionadas essas intervenções, e, nesta perspectiva, criticou o discurso dominante que argumenta que todos os problemas internos do país e a própria guerra civil são oriundos, da falta de um Estado somali, ou seja, de uma estrutura estatal interna que forneça segurança a sua população. Assim, o discurso dominante reproduz que “não apenas a Somália, mas inúmeros Estados africanos são sujeitos a conflitos supostamente derivados da continuidade dos seus modos de organização pré-modernos e tribais” (MORENO, 2014, p. 56). Este trabalho também examinou como a ONU negligenciou as características particulares da formação do país com o processo de colonização e que, através da narrativa dominante, categorizou a Somália como Estado falido, gerando com isso também a falta de cuidado, com a qual as intervenções foram implementadas.

Antes vale ressaltar que a visão pós-colonialista adotada neste trabalho, serviu como uma lente para analisar criticamente uma das várias vertentes a respeito do conflito civil na Somália, dando voz às minorias que acabam sendo inferiorizadas e subjugadas a um local periférico, tratando sempre de demarcar bem essa diferença local e até mesmo cultural, desconsiderando, assim a questão das identidades locais, e tentando naturalizar todo esse cenário de desigualdade. Vimos também que os problemas da Somália foram simplificados pela própria ONU, fato que corroborou a ineficácia das intervenções.

Assim, apesar de a ONU ter como missão intervir no conflito para tentar solucioná-lo através da ajuda humanitária, a mesma se perdeu dos seus objetivos centrais, por influência de interesses políticos, a fim de exercer influência sobre os países subdesenvolvidos e também por influência da visão colonialista que as intervenções possuem, que enfatiza em seu discurso o caráter pejorativo que é atribuído as sociedades colonizadas, como sendo inferiores e de cultura violenta. Deste modo, tudo isso acabou agravando ainda mais o problema interno do país. Logo, “embora entendidas como garantidos da paz social, tiveram e continuam tendo uma participação nas rivalidades que hoje assolam diversos Estados pós-coloniais” (MORENO, 2014, p. 56). Desse modo o objetivo aqui foi desnaturalizar o que foi dado pelo discurso dominante sobre o conflito, e as conseqüências do colonialismo, além de criticar os estereótipos atribuídos aos somalis, como uma etnia inferior por natureza, moldando assim os conceitos que lhe são de interesse (BIZZARIA, 2012). Ou seja, se faz aqui uma clara ressalva a atenção que deve ser dada ao discurso dominante que determina como as sociedades são e

devem se comportar, atribuindo características superficiais para justificar suas ações e posteriormente a necessidade de intervenções.

REFERÊNCIAS

BIZARRIA, M. **As sociedades pós-coloniais e a atuação da ONU: Estudos críticos das Operações de paz no continente Africano**. Instituto de Relações Internacionais, 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/23497659-As-sociedades-pos-coloniais-e-a-atuacao-da-onu-estudos-criticos-das-operacoes-de-paz-no-contidente-africano.html>>. Acesso em: 4 de fevereiro de 2018.

BRUNSCHWING, H. **A partilha da África Negra** – tradução SILVA, J. J.— São Paulo: Perspectiva, 2004.

CARDOSO, N. C. F. **Conflito armado na Somália: Análise das causas de desintegração do país após 1991**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CARNEIRO, W. P. **Assistência humanitária no Pós-Guerra Fria: O triste fim da neutralidade?** Revista de Estudos Internacionais, Vol. 3, 2012.

CEPIK, M. A. C. ; KUELE, G. M. **Inteligência em operações de paz da ONU (1945-2000)**. Carta Internacional, vol. 10, n° 1, junho 2015, p.21-38.

ESTRE, F. B. **Soberania e diferença nas Nações Unidas**. Associação Brasileira de Relações Internacionais: São Paulo, 2011.

FERNANDEZ, M. R; MORENO, G. **Discursos em disputa: uma leitura alternativa acerca dos dilemas da ação internacional na Somália durante a década de 1990**. rev. bra. Pol. Int: Brasília, vol. 57, n°.1, 2014, p. 59-76. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400104>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

FILHO, P. P. **Guerra e fome na Somália**. Meridiano 47 – Journal of Global Studies. Vol. 12, n° 128, Novembro/Dezembro 2011, p. 42-49. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5685>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2018.

GUIA GEOGRÁFICO ÁFRICA: Chifre da África, Mapa U.S. CIA, 2009.

JERREMS, A. ; FONSECA, M. **Pensamiento decolonial: ¿una “nueva” apuesta em las Relaciones Internacionales?** Revista de Relaciones Internacionales, n° 19, fevereiro 2012, p.103-119.

MACQUEEN, N. **A intervenção das Nações Unidas e a crise do Estado Africano**. Revista de Relações internacionais, dezembro 2004, p.127-145. Disponível em:<http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r4/RI4_NM.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

MATA, I. **Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêtricas**. Civitas-Revista de Ciências Sociais: Porto Alegre, Vol. 14, n° 1, janeiro/abril 2014, p. 27-42.

MORENO, M. **Narrativas alternativas sobre o conflito somali: descontinuidades e especificidades históricas.** Conjuntura Internacional: Belo Horizonte, vol. 11, nº 1, maio 2014, p.43-57.

MORENO, M. F. **A herança colonial das “novas” operações de paz da ONU.** Revista Ética e Filosofia Política, vol. 2, nº 13, junho 2011.

NETO, J. C. **Atividades humanitárias das Organizações Internacionais: Alguns casos de atuação da ONU.** Revista IUS Gentium: Curitiba, nº 9, janeiro/junho 2011, p. 23-47.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **OPERACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS EM SOMALIA I (ONUSOM I).** Disponível em:<<http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/past/unosomi.htm>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **OPERACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS EM SOMALIA II (ONUSOM II).** Disponível em:<<http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/past/un'osom2.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

PUREZA, J. M. **O desafio crítico dos estudos para a paz.** Revista de Relações Internacionais, dezembro 2011.

SANTOS, B. S. L. **O papel da mídia em situações de conflito: a retirada dos EUA da Somália entre 1993 e 1994.** Revista Fronteira, Belo Horizonte, vol. 9, nº 17, 2010, p. 7-27. Disponível em: < <http://seer.pucminas.br/index.php/fronteira/article/viewFile/5242/5210>> . Acesso em: 22 de maio de 2018.

SOUSA, P. **As operações de paz da ONU na Somália – ONUSOM I e II (1992 a 1995).** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Católica de Brasília, 2008.

VICENTE, P, N. **Somália: contributos para uma reflexão à luz dos novos meios.** Revista Académica de la Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social. Diálogos de la Comunicación, nº 78, Janeiro – Julho, 2009.

ZABLONSKY, M. R. **A repressão civil na Somália de Siad Barre sob a perspectiva de Nuruddin Farah na obra Sweet and Sour Milk.** Revista Vernáculo, nº 41, 2018, p.392-404.

ZAGO, E. F. ; MINILLO, X. K. P. **Conseqüências da falência de um Estado: pirataria nas águas da Somália.** Meridiano 47, nº 100, novembro 2008, p. 11-16.